

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

O crime organizado está fora das favelas [Organized crime is outside the favelas]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Trajano, João
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-05 05:17:28
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162519

produziram mais violência. No período do presidente Pastrana, produziu-se uma intensificação tremenda da violência praticada pela Farc e pelos paramilitares, então, na hora de conversar o que se produziu foi uma intensificação da guerra. E isso obviamente a sociedade colombiana não aceitaria uma segunda vez. Hoje seria necessário algo muito mais breve seguramente mediado pela

Cruz Vermelha Internacional ou pelos chamados países amigos. Deveria ser algo muito preciso para chegar a resultados. Eu acredito mais do que numa solução negociada, numa solução pelo lado da pressão social, das famílias, das comunidades, das igrejas, do sistema educativo, dos meios de comunicação, enfim de todo o país, para diminuir a violência.

O crime organizado está fora das favelas

Entrevista com João Trajano



Para João Trajano de Lima Sento-Sé, pesquisador da UERJ, o crime organizado, ao contrário do que se pensa, não está nas favelas do Rio de Janeiro ou nas prisões de São Paulo. “Ele se encontra nas redes de lavagem de dinheiro, nas conexões do narcotráfico e do tráfico de armas com agentes do Estado e com empresas aparentemente ‘limpas’”. A afirmação foi feita em entrevista por e-mail à *IHU On-Line*. Trajano é graduado em Ciências Sociais pela UFRJ, Mestre em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ, e em Comunicação pela UFRJ. Doutor em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ, com tese intitulada *Estetização da Política e Carisma. O Caso do Brizolismo no Rio de Janeiro*. Autor e organizador de diversos livros, entre os quais citamos *Pensamento Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2005 e *Prevenção da Violência. O Papel das Cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Trajano concedeu entrevista à Revista IHU On-Line, nº 106, de 28 de junho de 2004 sob o título: *Brizola buscava um socialismo adaptado à cultura brasileira*.

IHU On-Line - Foi surpresa para o senhor o que aconteceu em São Paulo?

João Trajano - Não. O sistema penitenciário no Brasil (e não somente em São Paulo) é um barril de pólvora que produz explosões recorrentes. Temos a quarta maior população

carcerária do mundo e mantemos cerca de 600 mil pessoas presas nas piores condições possíveis. A Lei de Execuções Penais não é respeitada pelo Estado. Os presos não têm seus direitos preservados. Vivem amontoados em péssimas condições de higiene. Progressões de pena não são cumpridas.

Criminosos com graus diferenciados de periculosidade são misturados, passam os dias na ociosidade e estão sujeitos a toda sorte de arbítrio dos agentes penitenciários e dos presos mais fortes ou influentes. Isolamos esses homens e mulheres num mundo à parte. O pior dos mundos possíveis. Acrescentem-se a isso as altas taxas de corrupção existentes no sistema e em outras esferas a ele ligadas, e temos o terreno preparado para o tipo de coisa que acontece recorrentemente no Rio de Janeiro, em Rondônia, no Mato Grosso do Sul e em todos os demais estados brasileiros. O que ocorreu em São Paulo superou todos os demais em função da magnitude alcançada. Nada além disso.

IHU On-Line - As respostas dadas pelo poder público em relação à violência são insuficientes. Como resolver isso? Que tipo de iniciativas podem ser feitas sem esperar pelos governos?

João Trajano - Não é possível prescindir do Estado no que tange à segurança pública. No caso brasileiro, receio que o Estado esteja cumprindo o paradoxal papel de alimentar muitas das dinâmicas associadas, direta ou indiretamente, à violência. Uma parcela muito alta de seus servidores (em todas as esferas) viola sistematicamente a lei, sem que nada lhes aconteça. Quando aplicada, a lei é discricionária, reforça iniquidades de fundo étnico, social e de gênero. O sistema econômico produz exclusão em série, ao mesmo tempo que opera uma perversa associação entre reconhecimento social e acesso a bens de consumo. A polícia prende e agride pretos e pobres. A justiça os condena. O sistema carcerário os sepulta em vida. Esse, porém, é somente o circuito mais geral e visível da forma com que as agências do Estado operam. Elas são estruturadas para funcionarem dessa forma, o que equivale a dizer que, do ponto de vista do que entendemos como primado da lei, o Estado é inoperante. É importante que a sociedade civil

organizada, as entidades comunitárias e os órgãos de defesa dos direitos humanos aumentem a pressão sobre as autoridades para que haja uma redefinição dos termos da ação do Estado. Que seja neutralizada a cumplicidade com a corrupção, o arbítrio e a violência estatal contra os excluídos. Do mesmo modo, é importante que sejam alargados e consolidados os canais de interlocução dos atores da sociedade civil com os servidores públicos (das polícias, do judiciário, dos legislativos) que não compactuam com o modo tradicional de funcionamento de suas respectivas corporações. Sem tais alianças, não há muito para onde ir.

IHU On-Line - Qual é o principal foco de uma política de segurança? O que mudar primeiro e como?

João Trajano - Não é possível lidar com a segurança pública nesses termos. Uma série de iniciativas articuladas devem ser implementadas. Apresento cada uma sem com isso estabelecer um nexo diacrônico ou qualquer espécie de prioridade. Do ponto de vista do poder do Estado, é necessário haver uma articulação dos poderes locais, estaduais e federal. Os estados são e devem continuar sendo os responsáveis por suas respectivas políticas de segurança, em virtude, inclusive, de suas singularidades. É desejável, porém, que, a despeito disso, haja uma certa padronização, algumas normas básicas que tenham validade para todos. Uma delas, por exemplo, seria o processo de registro e processamento de dados. Hoje em dia, é impossível fazermos qualquer trabalho comparativo sobre a incidência de crimes em âmbito nacional. A forma de registro e os bancos de dados são incompatíveis entre si. A única exceção são os homicídios, cujos dados obtemos do Ministério da Saúde. Tal padronização deveria permitir a criação de uma rotina de cooperação entre as polícias dos diferentes estados e dessas com a Polícia Federal. Assim, teríamos a

possibilidade de combater de forma mais eficaz o crime organizado que, ao contrário do que se pensa, não está nas favelas do Rio de Janeiro ou nas prisões de São Paulo. Ele se encontra nas redes de lavagem de dinheiro, nas conexões do narcotráfico e do tráfico de armas com agentes do Estado e com empresas aparentemente “limpas”. As diversas polícias estaduais deveriam colaborar entre si e trabalhar de forma mais integrada com a Polícia Federal. Esta última poderia contribuir bastante para melhorar áreas estratégicas das polícias civis estaduais nas áreas de inteligência e polícia técnica, por exemplo. Atualmente, não há qualquer integração, salvo em uma ou outra ação específica. O poder federal é um mero repassador de recursos limitados, que acabam subaproveitados. Por sua vez, os poderes locais também poderiam e deveriam fazer mais. Eles dispõem de uma capilaridade com as comunidades que os demais poderes não têm. Das redes de que participam ou a que têm acesso os poderes locais poderiam extrair informações valiosas, sobretudo para a implementação de políticas preventivas e de atendimento às populações mais vulneráveis. Poucas prefeituras, porém, têm assumido responsabilidades na área de segurança, escudando-se na determinação constitucional que delega essa tarefa aos governos estaduais. No que diz respeito às instituições do sistema de justiça criminal, é necessário um investimento maciço na valorização dos policiais, na qualificação continuada e mudança radical nos termos em que tais profissionais são treinados.

Polícia Civil : Profissionais mal preparados

O curso de formação da última turma de policiais civis contratados pelo estado do Rio de Janeiro foi acompanhado por um aluno meu, para a redação de sua dissertação de mestrado. O relato é inacreditável. O Estado manda para as ruas profissionais mal treinados,

completamente despreparados para o exercício de uma função tão delicada. Isso dá medo. Do mesmo modo, a corrupção em todas as corporações que fazem parte do sistema alcançou uma magnitude intolerável. Ela não se resume ao policial da ponta, que achaca o cidadão em uma blitz. Isso é grave, mas comparado ao quadro geral é muito pouco. Há muitos indícios que as relações promíscuas de autoridades do Estado (membros dos legislativos, inclusive) com o crime são bem mais recorrentes do que supõe o senso comum. Não me refiro apenas ao tráfico de drogas e ao comércio ilegal de armas, mas ao jogo, ao transporte ilegal, à prostituição infantil. Devemos encarar o triste fato de que muitas dessas atividades contam com a participação ativa de respeitáveis homens de negócio. Infelizmente, porém, as mudanças dos padrões de integração não têm sido levadas adiante. As resistências corporativas são enorme, e as injunções políticas, pior ainda. Uma das bandeiras do então candidato Luís Inácio Lula da Silva para a área de segurança era o fortalecimento da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que ganharia *status* de Ministério, e a criação do Sistema Único de Segurança. Questões políticas, todavia, abortaram ambas as propostas. Francamente, não vejo muita disposição de nossas elites políticas em assumir de fato a centralidade da questão da segurança. Ela segue sendo abordada partidariamente, o que equivale a dizer: de forma irresponsável e inconseqüente.

IHU On-Line - Que mudanças devem ser feitas no sistema penitenciário brasileiro?

João Trajano - Inicialmente, cabe ao Estado cumprir a lei criada por suas próprias instâncias e as quais sua ação deve estar condicionada. Fala-se sempre, nessas ocasiões, em construção de mais unidades prisionais e no endurecimento da execução penal, mas ambas as propostas são insuficientes e, ao meu ver, pouco discutidas. É claro que diante

do quadro de superlotação, é crucial a abertura de mais vagas, mas a própria concepção das unidades prisionais deve ser repensada. É crucial trabalharmos com a idéia de unidades menores, abrigando um número menor de presos, que devem ser distribuídos segundo critérios previstos em lei: grau de periculosidade, situação penal, regimes diferenciados. As instalações devem ser pensadas de modo a, de um lado, aumentar a capacidade de controle dos presos e reduzir as chances de que o contato deles entre si, com os agentes e com pessoas do mundo externo (familiares e advogados, por exemplo) ensejem oportunidades de qualquer espécie de violação da norma e de corrupção. Por outro lado, essas mesmas instalações devem ser propícias para que os presos possam cumprir suas penas em segurança e desfrutando do acesso a bens básicos que a lei lhes garante. Devem ter acesso a atividades laborativas e educativas, devem ter alimentação adequada, devem ter acesso a higiene e devem estar protegidos da violência de seus companheiros de prisão e dos agentes externos. Essas questões não podem ser negligenciadas. Nenhuma delas é lavada em consideração, hoje, quando se fala na construção de mais unidades prisionais.

O endurecimento não é a solução

O endurecimento ou não das penas também é assunto mal-encaminhado. Não sou, em princípio, contra regimes mais duros e restritivos para presos com determinado perfil. Entretanto, ainda nesse caso, não podemos tolerar a aplicação de regimes subumanos, bem como não podemos admitir que a aplicação de regimes mais duros se torne regra. Eles podem ser utilizados em situações excepcionais, com procedimentos claros e formalizados em lei. Do contrário, não terão qualquer efeito para melhorar a questão prisional e será apenas mais um recurso a ser usado como moeda de troca na

economia interna do sistema punitivo brasileiro. Acho que o endurecimento das penas é mal discutido porque tanto seus defensores quanto seus adversários não têm tido capacidade de dialogar de forma suficientemente razoável. Temo que isso acabe resultando num endurecimento sem controle, sem regra e sem eficácia.

Além das questões anteriormente destacadas, não podemos deixar de mencionar a corrupção. Ela atravessa todo o sistema de justiça criminal brasileiro, abarcando desde o policial da ponta até segmentos do judiciário, com ramificações no mundo político. O grave é que a corrupção e o desrespeito à lei chegaram a níveis muito altos e não diviso boas perspectivas de reverter essa tendência.

***IHU On-Line* - Houve exageros por parte da mídia na cobertura do episódio em São Paulo? Qual deveria ser papel dos comunicadores neste momento?**

João Trajano - A mídia tende a espetacularizar tudo. Faz parte de seu *modus operandi*. É claro que nos casos relativos à violência ela freqüentemente contribui para a disseminação de percepções exageradas e/ou deturpadas do que se passa. Isso pode gerar um estado de espírito coletivo que resulta em reações desastrosas, como o endosso da ação discricionária e violenta da polícia, por exemplo. Nosso quadro de violência e insegurança é dramático. Isso não é invenção da mídia. Ocorre que tal dramaticidade, quando espetacularizada, reforça o medo, as cisões sociais, as marcas discriminatórias com que operamos historicamente, ou seja, alimentam a produção perversa de mais violência. Tais marcas, contudo, também não são invenções da mídia. Ela prestaria um grande serviço concedendo maior espaço a intervenções informadas sobre a violência. Quando crises como essas de São Paulo ocorrem, o espaço concedido à violência cresce em proporções inusitadas. Depois que

passam, o espaço se reduz, e o problema parece se tornar secundário. Só que, enquanto isso, todos os elementos que alimentam a violência e a reproduzem continuam agindo.

IHU On-Line - Se o senhor estivesse no centro das negociações com a cúpula do PCC (Primeiro Comando da Capital), qual seria sua resolução?

João Trajano - Francamente, não consigo me imaginar nessa situação. Tudo o que sei do episódio, me foi transmitido pela mídia. A despeito da ampla cobertura, é óbvio que tais informações são insuficientes para participar de uma ação tão delicada. Gostaria de destacar, somente, o cinismo por trás da rejeição pública às negociações feitas pelo poder público de São Paulo (não sabemos sequer em que termos essa negociação de fato se deu). Exatamente por todos os problemas levantados nas respostas anteriores, é de conhecimento geral que autoridades e criminosos negociam o tempo todo. A distribuição de apenados pelas unidades prisionais do Rio de Janeiro, por exemplo, obedece ao critério de pertencimento às facções das drogas. Cada facção controla um certo número de unidades prisionais. Se um apenado vai para uma prisão controlada pela facção rival à sua certamente será morto na primeira oportunidade (oportunidades como essa abundam no sistema). O curioso é que se o sujeito não pertence à facção alguma ele deve declarar assim mesmo. Nesses casos, a escolha recai sobre a facção que domina seu local de moradia. O pertencimento a uma facção garante ao preso uma série de “benefícios” que caberiam ao Estado lhe proporcionar (entre eles, o direito de continuar vivo). Como chamar essa prática senão de negociação permanente do poder público com o crime?

IHU On-Line - O que caracteriza o discurso público sobre violência?

João Trajano - O debate público sobre violência no Brasil se tornou mais

qualificado, nos últimos anos, mas ainda há muito a melhorar. De um lado, temos intervenções extremamente conservadoras e retrógradas que defendem medidas de exceção permanente, reforçando estigmas sociais e criminalizando as maiores vítimas da violência: os negros, os pobres, os deserdados de uma sociedade marcada por altos níveis de exclusão e iniquidade. Uma boa parcela de nossas elites políticas intervém no debate da pior forma possível. Partidarizando um problema que é indiscutivelmente político, de maneira a amesquinhá-lo e a transformá-lo em arma a ser esgrimida nas disputas pelo poder. Por outro lado, há uma pequena parcela de atores que buscam trazer a discussão para o debate mais geral da consolidação da democracia e do Estado de Direito no Brasil. O problema é tão grave e as cisões tão profundas que o diálogo entre as diversas tendências, apresentadas aqui de forma geral e um tanto estereotipadas, tem sido impossível. No meio desse tiroteio (com trocadilho), a população, atônita, sente-se desamparada e, diante de crises ou de episódios traumáticos apela para a segurança a qualquer custo. A questão é: qual o custo com que devemos aceitar arcar? Com a perpetuação de formas tradicionais e despóticas de lidar com a segurança (cujos resultados são a própria insegurança), ou com a responsabilidade de radicalizar as mudanças necessárias para a transformação dos padrões de sociabilidade no Brasil?

IHU On-Line - Podemos falar em Políticas de Segurança Pública que deram certo?

João Trajano - Como não sou propriamente um otimista, prefiro falar de experiências que têm dado certo. Iniciativas como o policiamento comunitário, levados a cabo em algumas cidades, deram bons resultados. Políticas de prevenção também têm dado resultado, como a encampada por

Diadema, na Grande São Paulo. O nosso grande problema, porém, é que as políticas oscilam, não têm continuidade, são interrompidas quando há mudanças de governo e raramente, em sua concepção, incluem mecanismos de monitoramento e avaliação.

IHU On-Line - Algum outro aspecto que não foi perguntado e considere importante acrescentar?

João Trajano - Voltando ao episódio de São Paulo, gostaria de dizer que, a meu ver, há uma tendência a se hiperdimensionar o chamado crime organizado. Não duvido que haja um certo grau de articulação de uma parcela da população carcerária de São Paulo, assim como também existe entre grupos de comércio varejista de drogas no Rio de Janeiro. No entanto, acho que a rebelião dos presidiários e seus desdobramentos nas horas imediatamente posteriores funcionaram como uma espécie de rastilho de pólvora a partir do qual uma série de agressões à ordem pública foram

cometidas. Não creio que todas elas tenham obedecido a um comando centralizado. Inclino-me a acreditar que, se tivéssemos um serviço de inteligência realmente sofisticado e equipado, chegaríamos à conclusão de que uma parcela das agressões foi mais motivada do que propriamente ordenada pelos líderes da rebelião carcerária. Fatos como esses, acredito, acontecem muito mais pela corrupção e ineficiência dos órgãos do Estado do que pela sofisticação das redes criminosas. A maior força dessas últimas tem sido a porosidade e a fragilidade dos aparatos de manutenção da ordem. Como se isso já não fosse ruim o bastante, preocupa o fato de que, nesses momentos de crise, as lideranças políticas se mostram despreparadas e, juntamente com parcela expressiva da opinião pública acabam por endossar ações discricionárias, inspiradas na mesma filosofia e no mesmo modo de lidar com a segurança pública que nos levaram à situação em que nos encontramos.